

A crise e o papel de todos nós

ESTADO DE SÃO PAULO

16 JAN 1993

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

A gravidade da crise brasileira exige não só do governo mas da sociedade e do Legislativo o empenho na busca de alternativas de superação da enorme dívida social acumulada nos últimos anos.

Se o resultado preliminar de queda de cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1992 se confirmar, isso vai significar uma perda per capita superior a 3%, o que é agravado pelo quadro de distorções estruturais presentes na nossa economia, como a sem precedentes concentração de renda que restringe a 10% da população cerca de metade da renda nacional! Somente a estabilização da economia, com o fim do processo inflacionário crônico e a transparência da política econômica colocarão nova-



mente o País em condições de se desenvolver.

Não há crescimento sustentável e duradouro sem investimentos e estes estão se retraindo ano a ano, por causa da deterioração do cenário econômico. Os investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo, que nos anos 70 chegaram a representar a média de 23% do PIB, foram se reduzindo no decorrer dos anos: 17% nos anos 80, 16% em 90 e 91 e os dados preliminares de 1992 indicam algo em torno de 14% a 15% do PIB, um dos níveis mais baixos da nossa história.

A crise do Estado, que perdeu sua capacidade de investir, o afastamento dos investidores estrangeiros e a incerteza e descapitalização do setor privado representaram o ponto fundamental para este quadro de deterioração.

A inflação, o endividamento crescente, os altos juros, a ausência de canais de financiamento e também a incipiência e volatilidade da política econômica re-

presentaram um enorme desincentivo aos investimentos produtivos.

Particularmente no ano passado, o cenário de incerteza quanto aos desdobramentos do quadro político, com o episódio do impeachment, veio agregar mais um fator de insegurança e retração das atividades. O País vive agora um recomeço, superado este episódio, representado pelo desejo e a esperança da sociedade por um futuro melhor.

É preciso, mais do que nunca, que se obtenha um mínimo de consenso para a aprovação de um plano econômico que leve em conta os interesses do País. O papel do Congresso, dos partidos políticos e das entidades representativas da sociedade se mostra crucial nesse desafio de mudar nossa pouca tradição de sucesso na conclusão de um pacto de governabilidade.

Um grande passo já foi dado pelo governo ao garantir para o mercado que não haverá choques, confiscos e outros experimentos que a

nossa História recente já demonstrou serem inócuos como solução duradoura. Cabe, agora, dar os passos seguintes na elaboração de uma agenda mínima de discussão e aprovação de assuntos fundamentais que propiciem as condições para a retomada do desenvolvimento.

A questão da privatização, a modernização portuária, a concessão de serviços públicos, a propriedade intelectual, além das reformas administrativa, eleitoral e partidária são exemplos significativos de elementos fundamentais para superar entraves já de há muito presentes entre nós. O adiamento ou a indefinição no enfrentamento destas e outras questões fundamentais para o País só trarão o agravamento do quadro econômico-social, o que não vai de encontro ao desejo da maioria.

■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é professor da PUC-SP e vice-presidente do Conselho Regional de Economia São Paulo.